

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**Diretor de Redação:** Otavio Frias Filho  
**Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

## O texto possível

Uma avaliação fria do texto constitucional aprovado no primeiro turno das votações conduz, sem dúvida, a conclusões desalentadoras — mas não ao desespero apocalíptico dos que consideram a futura Constituição como um documento capaz de inviabilizar por completo a sociedade brasileira. Os absurdos do texto aprovado, naturalmente, saltam à vista com mais ênfase do que as decisões onde um mínimo de realismo e racionalidade pôde prevalecer. Para lembrar dois exemplos, o tema da estabilidade no emprego e a proposta de desapropriação das terras produtivas para fins de reforma agrária não obtiveram a sustentação que, levando em conta as propensões parlamentares para o despautério e a utopia, seria de prever.

Fruto de um processo de discussão eleitoral extremamente precário; de um critério de proporcionalidade na representação das bancadas estaduais que privilegia, de forma abertamente antidemocrática, o peso das regiões menos populosas e mais atrasadas do país; exemplo patente do subdesenvolvimento político e da desinformação de um Legislativo que há décadas se viu afastado das principais decisões políticas e econômicas da sociedade brasileira; objeto fácil das pressões fisiológicas do Executivo; reflexo de uma conjuntura em que os interesses corporativos, as expectativas de redenção social e os velhos temas da esquerda dos anos 50 ressurgiam, depois de um período em que o autoritarismo sufocou todo um processo de debate e modernização ideológica entre as diversas correntes sociais; retrato, enfim, dos contrastes, das contradições e das misérias da sociedade brasileira, o Congresso constituinte produziu um texto à altura de si mesmo.

As características particulares do processo de democratização do país impuseram à elaboração da nova Carta as marcas de uma extrema ambiguidade. Desde os primeiros anos da abertura política, foi-se cristalizando, junto aos mais diversos setores da sociedade, uma espécie de senso comum em favor da democratização, que atravessou progressivamente os limites dos interesses particularistas e das reivindicações vinculadas a cada setor econômico. Foi só numa segunda etapa da transição política que começaram a vir à tona reivindicações específicas, na corrente do ressurgimento das centrais sindicais, do ativismo de uma parcela da Igreja Católica, das resistências de organizações como a UDR, e principalmente numa conjuntura em que a crise econômica acentuava com especial vigor as desigualdades vigentes na sociedade brasileira.

Deste modo, enquanto no plano político um razoável consenso ia-se formando na opinião pública, as fontes de conflito social, as pressões imediatas de cada classe, tendiam a exacerbar-se, sem conhecer a curto prazo nenhuma perspectiva de síntese e de entendimento. Politicamente madura para o esforço de reformulação constitucional, a sociedade brasileira ainda se encontra, nas questões econômicas e sociais, no pleno tumulto da adolescência.

Some-se a esta ambiguidade um outro foco de conflito. Tanto no Congresso constituinte como no Executivo, coexistem formas arcaicas e modernas de atuação política. Um fenômeno claramente moderno, o dos lobbies, encontrou um Congresso constituinte absolutamente frágil para oferecer os necessários contrapesos do interesse público às tendências do particularismo e às seduções da demagogia e da vantagem pessoal.

É uma esperança certamente remota a de que venham a ser expurgadas, no segundo turno, as principais monstruosidades do texto. A oportunidade de fixar um documento adequado à realidade brasileira, ou que pelo menos não venha a entravar seu desenvolvimento futuro, está entretanto nas mãos dos parlamentares. Importa assinalar os principais pontos em que uma reavaliação do texto aprovado se faz urgente.

Incidem, predominantemente, sobre o capítulo da ordem econômica. As restrições ao capital externo, num país carente de investimentos, e com uma demanda por crescimento extremamente aguda, derivam da mais irresponsável, desinformada e obscurantista sobrevivência de alguns tabus ideológicos já superados pela realidade econômica internacional.

Exemplo da mesma desinformação, o tabelamento dos juros bancários em 12% é uma daquelas disposições em que o pudor medieval contra o lucro associa

uma esquerda tacanha a uma demagogia inconsequente, para resultar apenas num motivo de ridículo para o texto constitucional — já que a prática econômica concreta facilmente se encarrega de condenar proposições como esta ao desuso e ao escárnio.

O ponto máximo da irresponsabilidade e da demagogia, aprovado nos últimos dias desta fase de elaboração constitucional — que também presenciaram o escândalo do “supertrem” da alegria — deixa de ser um mero exemplo pitoresco da desinformação e da ingenuidade parlamentar para constituir um verdadeiro assalto à população. A anistia às dívidas de pequenos e médios empresários nada mais significa, com efeito, do que financiar o calote de uns poucos com os recursos de toda a sociedade.

Fruto do oportunismo e da irresponsabilidade, a anistia não revela menos a tendência do Congresso constituinte em conceder benefícios sem qualquer consideração a respeito do custo real que representam para a sociedade. Com maior ou menor vigor, com impactos mais ou menos graves, esta inclinação se manifesta desde o capítulo dos direitos sociais até um dos últimos artigos das Disposições Transitórias, o que trata dos aposentados. Certamente, muito alarmismo foi criado em torno de alguns dispositivos que, embora impliquem custos, podem ser absorvidos sem que haja o risco do colapso propalado por alguns setores mais conservadores: a licença paternidade, o limite de seis horas para a jornada de trabalho ininterrupta, os 50% de acréscimo na remuneração da hora extra são benefícios que, embora ocultem sua contrapartida de sacrifícios reais, não são um problema que se revista da gravidade com que certas correntes de opinião o têm caracterizado.

Tampouco são realistas as afirmações que o capítulo sobre saúde, por exemplo, manifeste um estatismo exacerbado. A associação dos hospitais com o poder público permanece uma decisão que cabe exclusivamente a seus proprietários. O mesmo alarmismo se revelou exagerado em alguns pontos cruciais do projeto, como o da reforma agrária, da reforma urbana e da estabilidade no emprego. Soluções equilibradas, sem nenhum risco maior para o progresso econômico do país, foram finalmente alcançadas.

Contudo, a nova Constituição não falha somente pelo que apresenta de novidades inviáveis, exotismos e detalhes sem sentido, mas também pelo que não soube apresentar como inovação concreta. No plano da organização sindical, manteve um sistema fascista, baseada na unicidade e na contribuição obrigatória. No que diz respeito ao controle constitucional dos atos do Congresso, não criou uma corte específica para esta tarefa. O corporativismo e a discriminação entravaram a plena liberdade profissional, mantendo a exigência de diploma. A proposta de estatizar os serviços cartoriais cedeu ao privilégio constituído. A eutanásia foi rejeitada; quanto ao aborto, optou-se por não deixar nada definido. Na área política, não se eliminou de todo a brutal disparidade na representação das bancadas estaduais. Não houve, tampouco, sofisticação suficiente para acoplar o critério proporcional a um sistema de votação por distrito.

Mas não se devem negligenciar os aspectos positivos do novo texto. Optou-se, o que certamente convém à realidade brasileira e às necessidades de transparência no sistema decisório, pelo presidencialismo. Concedeu-se maior independência financeira aos Estados e municípios. Asseguraram-se expressivos poderes para o Congresso. Criou-se o imposto sobre grandes fortunas. Foi possível assegurar maior independência ao Banco Central. Garantias elementares dos cidadãos foram fortalecidas graças a instrumentos como o mandado de segurança coletivo, o “habeas data”, as iniciativas populares para a apresentação dos projetos de lei. A censura foi terminantemente extinta.

O novo texto constitucional não é, portanto, um simples repertório de absurdos, cuja entrada em vigor signifique um irrecuperável desastre para o país. O segundo turno das votações é o momento crucial para que se separem, de um conjunto de normas razoáveis, aquelas que, pelo que refletem de despreparo, xenofobia, violência contra o contribuinte, apoio ao empreguismo, à estatização e ao subdesenvolvimento, são capazes de, por si sós, dirigir contra a Constituição o veredito negativo da história.